



# A Santa Sé

---

VISITA PASTORAL À REGIÃO DA LOMBARDIA

20-22 DE MAIO DE 1983

***DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II  
DURANTE O ENCONTROS COM OS EMPRESÁRIOS***

*Feira de Milão*

*Domingo, 22 de Maio de 1983*

*Ilustres Senhoras e Senhores!*

*Caros Irmãos e Irmãs!*

1. É com alegria que me encontro no meio de vós, representantes qualificados do mundo empresarial milanês e lombardo, para não dizer italiano, tanto da indústria privada e pública, como do comércio e do artesanato. Agradeço de todo o coração ao Senhor Ministro da Indústria Atílio Pandolfi, ao Presidente do I.R.I. Doutor Romano Prodi e ao Presidente da Confederação das Indústrias, Doutor Vitorio Merloni, as suas palavras de boas vindas. A todos dirijo a minha saudação, que não é apenas de circunstância, mas que nasce de sinceros sentimentos de alta consideração, pois sei bem de quanta parte da vida económica e social da dilecta Itália sois promotores e responsáveis. O grau de bem-estar de que goza hoje a sociedade seria impensável sem a figura dinâmica do empresário, cuja função consiste em organizar o trabalho humano e os meios de produção de modo a dar origem aos bens e aos serviços necessários à prosperidade e ao progresso da comunidade.

A minha saudação afectuosa abrange também os comerciantes e os artesãos, aqui representados, cuja profissão é portadora de valores humanos genuínos.

Nas minhas visitas à Itália tenho encontrado frequentemente os trabalhadores, mas é a primeira vez que tenho oportunidade de dirigir uma palavra aos gestores económicos.

E não é por acaso que o nosso encontro se realiza aqui, no ambiente desta prestigiosa Feira de Milão, que é desde há muitos anos um centro de confluência, de exposição e de expansão particularmente importante do mundo empresarial, não só italiano mas também internacional. Tal como afirmou o meu venerado predecessor Paulo VI por ocasião da quinquagésima edição desta Feira, encontramos aqui diante de um "monumental edifício da actividade humana" e de "uma manifestação altamente significativa de um dos aspectos mais notáveis e mais interessantes da concepção do homem moderno acerca dos valores pelos quais vale a pena viver" (*Magistério de Paulo VI*, vol. X, 1972, pp. 349-350).

A minha saudação vai também, portanto, para quantos contribuem, a todos os níveis, para o bom êxito das iniciativas desta útil instituição.

Esta circunstância dá-me oportunidade de vos apresentar algumas considerações acerca da actividade específica que vos empenha nos diversos sectores da vida económica e sobre os valores éticos implicados na actividade empresarial.

2. Tomo como argumento um texto particularmente denso do Concílio Vaticano II, da Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo: "Nas empresas económicas são pessoas que se associam, isto é, homens livres e autónomos, criados à imagem de Deus. Por isso, tendo em conta as funções de cada um — proprietários, empresários, dirigentes ou operários — e salva a necessária unidade de direcção, promova-se, segundo modalidades a determinar convenientemente, a participação activa de todos na gestão das empresas" (*Gaudium et Spes*, 68). Reflectindo sobre este texto conciliar, aparecem com imediata evidência dois princípios éticos fundamentais, nos quais se resume o pensamento social da Igreja a propósito da empresa e da sua vida interna: a empresa reúne e associa *pessoas humanas*, que devem ser tratadas como tais; o trabalho da pessoa exige a sua *iniciativa e responsabilidade* na vida da própria empresa.

O meu predecessor de venerada memória João XXIII, na Encíclica *Mater et Magistra*, exprimiu este profundo ideal social da empresa: "Deve-se tender sempre para que a empresa se torne uma comunidade de pessoas, nas relações, nas funções é na situação de todo o seu pessoal" (n. 78).

Esta concepção da empresa como *comunidade de pessoas* constitui a fonte das empenhativas exigências éticas de todos aqueles que, directa ou indirectamente, colaboram na vida económica e social da mesma empresa. Como bem sabeis, numa economia verdadeiramente humana, a empresa não pode identificar-se apenas com os proprietários do capital, já que ela é fundamentalmente uma comunidade de pessoas caracterizada pela unidade de trabalho, no qual o esforço dos trabalhadores e o capital cooperam para a produção dos bens.

Na minha Encíclica *Laborem exercens* referi-me ao conflito entre o trabalho e o capital, tal como é vivido nos países industrializados, entrados já na fase pós-industrial pelo desenvolvimento de

tecnologias avançadas. Estas reduzem em alguns sectores a exigência de mão-de-obra, acentuando, juntamente com outros factores, o grave fenómeno do desemprego, com o perigo de eliminar na empresa aquela profunda componente ética e social de comunidade de pessoas, que lhe deve ser própria.

Neste encontro convosco, empresários de vários sectores da economia e da produção de um país industrializado como a Itália, encontro que se realiza num momento difícil para a economia, desejo referir-me a alguns fenómenos e problemas que incidem particularmente sobre o consolidamento ou a perda do verdadeiro significado ético da empresa.

3. No contexto da produção e da sua organização encontram-se, por um lado, os empresários que oferecem trabalho, seja directo seja indirecto, e por outro os trabalhadores com as suas capacidades e o desejo de aplicá-las empenhando-se nas suas profissões segundo os direitos que lhes são próprios.

A Igreja considera o conflito entre o capital e o trabalho procurando defender o homem nos seus direitos, denunciar as injustiças e contribuir positivamente para a solução dos problemas (cf. *Laborem exercens*, 1). A doutrina social que ela propõe orienta-se cada vez mais para uma organização do trabalho e do processo de produção industrial que corresponda plenamente à verdadeira dignidade da pessoa humana, princípio e valor ético insubstituível na actividade económica, já que a economia e a produção devem contribuir para o bem do homem, e não o homem para a acumulação do capital. Uma economia orientada apenas para o lucro não criaria uma comunidade de pessoas, nem daria origem a uma verdadeira cultura social de participação responsável de todos os intervenientes na empresa.

Na Encíclica *Laborem exercens* (n. 14) apresentei uma via de solução para este risco, a qual se inspira no valor ético da empresa como comunidade de pessoas: "Associar quanto possível o trabalho à propriedade do capital, e criar uma gama variada de corpos intermédios com finalidades económicas, sociais e culturais". Esta resposta ética ao conflito não permite ao capital aquela absoluta autonomia e independência, nem a violação da dignidade da pessoa humana na empresa.

4. Para poder olhar com confiança o futuro do mundo do trabalho, é necessário que o centro de referência da actividade económica seja sempre o interesse de uma tal actividade para todo o ser humano: *o homem e os seus valores devem ser sempre o principio e o fim da economia.*

Mesmo nos momentos de maior crise o critério que preside às opções empresariais não poderá nunca ser a supervalorização do lucro. Se se deseja construir realmente uma comunidade de pessoas que trabalham, é necessário ter em conta o homem concreto e os dramas não apenas individuais mas também familiares que o recurso à exoneração do emprego provocaria inevitavelmente. Com efeito, uma tal prática, ainda que sugerida pelas circunstâncias, não

favorece a dignidade das pessoas e da comunidade de trabalho no seu conjunto.

A vós, industriais representantes da indústria privada e pública, da agricultura, do comércio, dos serviços, das actividades artesanais, dirijo o meu veemente apelo para que se unam e multipliquem os esforços no empenho directo de criar novos postos de trabalho. Estes dariam aos jovens a possibilidade de encontrar um emprego, e a todos a segurança de poder contar com uma fonte de sustentamento para si e para todos os seus. A conjuntura geral de inflação e de recessão económica não deverá nunca impedir que se procure, com todas as forças e com uma constância tenaz, o modo de evitar tanto as causas que a provocam, como as penosas situações humanas que ela origina.

5. Quais são as vias que a Igreja propõe para que se criem empresas que sejam verdadeiras comunidades de trabalho, para unir o trabalho ao capital? Na já citada [Encíclica](#) escrevi que "os meios de produção não podem ser possuídos com prejuízo, do trabalho, não podem sequer ser possuídos apenas pelo desejo de possuir, porque o único motivo legítimo para a sua propriedade — tanto no que se refere à propriedade privada como à propriedade pública ou colectiva — é que sirvam para criar trabalho" (n. 14).

As propostas da doutrina social da Igreja referem-se à compropriedade dos meios de trabalho, à participação dos trabalhadores na gestão e no lucro da empresa, através da concessão de títulos de propriedade, como as "acções", e de outras semelhantes formas de participação. Todos os intervenientes na empresa, bem como todas as forças vivas da sociedade, devem procurar em conjunto as formas e as estruturas concretas para realizar tal objectivo primordial, como é o da colaboração entre trabalho e capital, segundo uma justa hierarquia de valores. A Igreja não propõe para tal fim soluções técnicas uniformes, mas encoraja a busca de soluções baseadas na dignidade e na capacidade dos trabalhadores, e que respeitem ao mesmo tempo as funções económica e social da empresa.

Neste contexto, também o sindicato deve ser considerado um factor dinâmico da organização social. Numa sociedade industrial como é a italiana, para não falar de uma cidade tão viva e cheia de actividade como Milão, tais organizações são elementos indispensáveis e insubstituíveis da vida social e da empresa-comunidade, não obstante as influências que procuram desnaturar o seu verdadeiro valor ético na promoção da justiça social, ou dificultar as relações no interior da empresa, mais conformes ao princípio da prioridade da pessoa sobre o capital.

6. Entre as filosofias opostas — a da pura competição económica e a da participação — a empresa "comunitária" exige que no processo da produção e das relações sociais internas se opte pela aplicação da segunda, a da participação, criando entre todos os componentes da empresa uma verdadeira e eficaz interdependência. Uma tal correlação pessoal entre os responsáveis directos e indirectos da empresa e o "trabalho", apoiada pela política social do Estado, é condição necessária para harmonizar entre si todas as componentes do mundo do

trabalho na empresa, para promover o dinamismo pessoal e comunitário da vida da mesma, e para superar os conflitos.

Ao dizer isto, o meu pensamento alarga-se também ao campo das relações internacionais, onde é igualmente necessário um verdadeiro empenho para que se respeite a justiça social. Falando no ano passado na Sessão inaugural do Simpósio Internacional sobre a Laborem exercens afirmava: "Entrevêm-se no horizonte novas possibilidades que não podem continuar a ser concebidas em termos restritos, unicamente nacionais. Se os problemas que o homem moderno deve enfrentar não podem ser compreendidos se não forem considerados na sua dimensão mundial, será também à escala internacional que, em muitos casos, se deverão procurar as soluções. É justamente por isso que hoje se preconiza cada vez com maior insistência uma nova ordem económica internacional que, superando os modelos insuficientes e inadequados do passado, assegure à humanidade uma justa participação nos bens da criação, com particular atenção aos povos em vias de desenvolvimento" (Magistério, 1982, p. 1096).

A realização deste esforço gigantesco, tal como é proposto pela doutrina social da Igreja, exige uma elevada dose de disponibilidade para um diálogo sincero, e de generosidade para enfrentar os sacrifícios, em todos os sectores, de modo a que o resultado não seja tanto a tutela dos interesses de uma ou da outra parte, quanto de preferência uma situação na qual *o trabalhador seja cada vez mais "homem" no seu trabalho, e a empresa seja uma expressão dinâmica da participação de todos.*

7. O diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo acerca dos valores ético-comunitários é um seu modo particular de estar presente, sob a acção do Espírito Santo, nas realidades temporais. A Igreja conhece o desenvolvimento destes valores na consciência individual e nas relações interpessoais do homem de hoje. Onde quer que exista dependência de factores económicos complexos e do desenvolvimento tecnológico, o verdadeiro progresso consiste na comunidade "interpessoal".

A acção do Espírito Santo e a força da Eucaristia, estas Realidades divinas que nos são recordadas pela Solenidade do Pentecostes que hoje celebramos, e pela conclusão do Congresso Eucarístico Nacional, encorajam-nos ao superamento de toda a ética individualista, ao regresso constante ao valor primário da pessoa humana, ampliando os horizontes do amor, à consecução da justiça social no respeito pela igualdade de todos os homens, ao desenvolvimento pela igualdade de todos os homens, ao desenvolvimento do sentido de responsabilidade, do empenho comum e da participação (cf. Gaudium et Spes, pp. 25-29).

Senhoras e Senhores! Irmãos e Irmãs! Acolhei estas considerações como sinal da minha profunda estima por vós e pela vossa importante obra. Que o Senhor, ao qual peço por vós e pelos que vos são caros, ilumine as vossas mentes e fortaleça as vossas vontades na construção de um futuro para a humanidade que possa ser olhado com menos ansiedade e com mais

confiança, ajudados por uma força que transcende o homem. Invoco sobre vós a abundância dos favores celestes, e abençoo-vos de todo o coração.

---

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana